

SUMÁRIO

EDITAL SISTEMATIZADO	27
CAPÍTULO I	
OBJETO E FINALIDADE DA TEORIA GERAL DO DIREITO CIVIL.....	29
1. Conceito e Divisão do Direito.....	29
1.1. Conceito de direito.....	29
1.2. Fontes jurídicas.....	30
1.3. Direito positivo e direito natural.....	30
1.4. Direito objetivo e direito subjetivo.....	31
1.5. Direito público e direito privado.....	31
1.6. A lei.....	32
1.6.1. Conceito e principais características.....	32
1.6.2. Vigência da lei.....	33
1.6.3. A obrigatoriedade das leis.....	35
2. Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro.....	36
2.1. O conteúdo e a função da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro....	36
2.2. A aplicação e interpretação das normas jurídicas.....	36
2.3. A integração das normas jurídicas.....	37
2.3.1. A analogia.....	37
2.3.2. O costume.....	38
2.3.3. Os princípios gerais de direito.....	39
2.3.4. A equidade.....	39
2.4. Conflito das leis no tempo.....	40
2.5. Eficácia das leis no espaço.....	40
2.5.1. O princípio da territorialidade moderada e a aplicação da lei estrangeira.....	40
2.5.2. O respeito à ordem jurídica brasileira como pressuposto para aplicação das leis, atos e sentenças estrangeiras no território nacional (art. 17 da LINDB).....	43
2.5.3. Da Prova dos fatos ocorridos no exterior (art. 13 da LINDB).....	44
2.5.4. Direito Internacional das Famílias.....	44
2.6. Da Lei nº. 13.655, de 25 de abril de 2018.....	46
2.6.1. Proibição de decisão fundamentada em valores jurídicos abstratos nos âmbitos administrativo, de controladoria e judicial (art. 20 da LINDB)....	47

2.6.2.	Indicação expressa das consequências jurídicas decorrentes da invalidação de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa (art. 21 da LINDB).....	49
2.6.3.	Interpretação das normas jurídicas sobre gestão pública (art. 22 da LINDB).....	50
2.6.4.	Mudança de interpretação ou orientação sobre as normas de direito público (art. 23 da LINDB).....	51
2.6.5.	Revisões quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa (art. 24 da LINDB).....	52
2.6.6.	Compromisso de ajustamento de conduta (art. 26 da LINDB).....	52
2.6.7.	Possibilidade de impor compensação (art. 27 da LINDB).....	53
2.6.8.	Responsabilidade pessoal do agente público (art. 28 da LINDB).....	54
2.6.9.	Consultas públicas (art. 29 da LINDB).....	55
2.6.10.	Meios para aumentar a segurança jurídica (art. 30 da LINDB).....	55
3.	Direito Civil.....	56
3.1.	Conceito.....	56
3.2.	O Código Civil de 2002.....	56
3.2.1.	Estrutura e conteúdo.....	56
3.2.2.	Princípios básicos.....	56
3.2.3.	Direito civil constitucional.....	57
4.	Questões.....	58
CAPÍTULO II		
DAS PESSOAS		
1.	Personalidade.....	67
1.1.	Conceito de pessoa.....	67
1.2.	Personalidade.....	67
1.3.	Direitos da personalidade.....	67
2.	Da Pessoa Natural.....	68
2.1.	Conceito de pessoa natural.....	68
2.2.	Capacidade jurídica.....	68
2.3.	Incapacidade.....	69
2.3.1.	Incapacidade absoluta.....	69
2.3.2.	Incapacidade relativa.....	71
2.3.2.1.	Os maiores de 16 e menores de 18 anos (art. 4º, I).....	71
2.3.2.2.	Os ébrios habituais e os viciados em tóxicos (art. 4º, II).....	72
2.3.2.3.	Aqueles que, por causa transitória ou permanente, não puderem exprimir sua vontade (art. 4º, III).....	72
2.3.2.4.	Os pródigos (art. 4º, IV).....	74

2.3.3.	Proteção aos incapazes	74
2.3.4.	Cessação da incapacidade	75
2.3.4.1.	Maioridade	75
2.3.4.2.	Emancipação	75
2.3.4.2.1.	Emancipação voluntária (art. 5�, parágrafo �nico, I)..	76
2.3.4.2.2.	Emancipação judicial (art. 5�, parágrafo �nico, I).....	76
2.3.4.2.3.	Emancipação legal	76
2.4.	Começo da personalidade da pessoa natural (art. 2�).....	78
2.5.	Individualização da pessoa natural.....	78
2.5.1.	Nome	78
2.5.2.	Estado de pessoa natural.....	79
2.5.3.	Domicílio.....	80
2.6.	Extinção da personalidade da pessoa natural.....	81
2.6.1.	Morte real.....	81
2.6.2.	Morte simultânea ou comori�ncia.....	81
2.6.3.	Da Ausência.....	82
2.6.3.1.	Introdução e conceito	82
2.6.3.2.	Da curadoria dos bens do ausente.....	84
2.6.3.3.	Da sucessão provisória	86
2.6.3.4.	Da sucessão definitiva	91
2.6.3.5.	Do retorno do ausente.....	93
3.	Pessoa Jurídica	93
3.1.	Conceito de pessoa jurídica	93
3.2.	Classificação da pessoa jurídica.....	94
3.3.	Pessoas jurídicas de direito privado.....	95
3.3.1.	As associações.....	95
3.3.2.	As sociedades.....	95
3.3.3.	As fundações	96
3.3.4.	As organizações religiosas.....	97
3.3.5.	Partidos políticos	98
3.3.6.	Empreendimentos de economia solidária.....	98
3.4.	Começo da existência legal da pessoa jurídica.....	99
3.5.	Domicílio da pessoa jurídica.....	100
3.6.	Extinção da pessoa jurídica	100
3.7.	Grupos despersonalizados.....	101
3.8.	Desconsideração da personalidade jurídica.....	102
4.	Questões.....	105

CAPÍTULO III

DOS BENS	125
1. Objeto da Relação Jurídica.....	125
2. Classificação dos bens.....	125
2.1. Bens considerados em si mesmos.....	126
2.1.1. Bens corpóreos e incorpóreos.....	126
2.1.2. Bens móveis e bens imóveis.....	126
2.1.3. Bens fungíveis e infungíveis (art. 85 CC).....	128
2.1.4. Bens consumíveis e inconsumíveis (art. 86 CC).....	129
2.1.5. Bens divisíveis e indivisíveis (art. 87, CC).....	130
2.1.6. Bens singulares e coletivos (art. 89 e seguintes CC).....	131
2.2. Bens reciprocamente considerados.....	133
2.2.1. Bens principais e acessórios (art. 92 CC).....	133
2.3. Bens quanto ao titular do domínio: públicos e particulares (art. 98).....	136
3. Questões.....	137

CAPÍTULO IV

DOS FATOS JURÍDICOS	147
1. Fato Jurídico em Sentido Amplo.....	147
1.1. Conceito.....	147
1.2. Espécies.....	147
2. Negócio Jurídico.....	148
2.1. Conceito.....	148
2.2. Classificação dos negócios jurídicos.....	149
2.2.1. Unilaterais, bilaterais e plurilaterais.....	149
2.2.2. Gratuitos e onerosos, neutros e bifrontes.....	150
2.2.3. Inter vivos e mortis causa.....	150
2.2.4. Principais e acessórios.....	150
2.2.5. Solenes e não solenes.....	151
2.3. Elementos do negócio jurídico.....	151
2.3.1. Requisitos de existência.....	151
2.3.1.1. Declaração de vontade.....	151
2.3.1.2. Finalidade negocial.....	152
2.3.1.3. Idoneidade do objeto.....	153
2.3.2. Requisitos de validade.....	153
2.3.2.1. Capacidade do agente.....	153
2.3.2.2. Objeto lícito, possível, determinado ou determinável.....	154
2.3.2.3. Forma.....	154
2.4. Interpretação do negócio jurídico.....	155
3. Da Representação.....	157

3.1.	Introdução e conceito.....	157
3.2.	Espécies de representação e de representantes.....	157
3.3.	Conflito de interesses e autocontratação.....	160
4.	Da Condição, do Termo e do Encargo.....	162
4.1.	Introdução.....	162
4.2.	Da Condição.....	163
4.2.1.	Conceito.....	163
4.2.2.	Elementos da condição.....	164
4.2.3.	Negócios jurídicos que não admitem condição.....	165
4.2.4.	Das condições proibidas.....	165
4.2.5.	Da invalidade das condições.....	167
4.2.6.	Da condição resolutiva: particularidades.....	168
4.2.7.	Pendência, implemento e frustração da condição.....	170
4.3.	Do Termo.....	172
4.3.1.	Conceito.....	172
4.3.2.	Espécies.....	173
4.3.3.	Os prazos e sua contagem.....	174
4.4.	Encargo ou modo.....	175
5.	Dos Defeitos do Negócio Jurídico.....	176
5.1.	Introdução.....	176
5.2.	Erro ou ignorância.....	176
5.2.1.	Conceito.....	176
5.2.2.	Espécies.....	177
5.2.2.1.	Erro substancial e erro acidental.....	177
5.2.3.	O falso motivo.....	178
5.2.4.	Convalescimento do erro.....	179
5.3.	O dolo.....	179
5.3.1.	Conceito.....	179
5.3.2.	Espécies de dolo.....	179
5.4.	A coação.....	181
5.4.1.	Conceito.....	181
5.4.2.	Espécies de coação.....	181
5.4.3.	Requisitos da coação.....	182
5.4.4.	Coação exercida por terceiro.....	183
5.5.	O estado de perigo.....	183
5.5.1.	Conceito.....	183
5.5.2.	Elementos do estado de perigo.....	184
5.5.3.	Distinção do estado de perigo e institutos afins.....	185
5.5.3.1.	Estado de perigo e estado de necessidade.....	185

5.5.3.2. Estado de perigo e coação.....	185
5.6. A lesão.....	185
5.6.1. Conceito.....	185
5.6.2. Elementos da lesão.....	186
5.6.3. Estado de perigo e lesão	187
5.7. A fraude contra credores	187
5.7.1. Conceito.....	187
5.7.2. Elementos constitutivos	188
5.7.3. Hipóteses legais	188
5.7.3.1. Atos de transmissão gratuita de bens ou remissão de dívida....	189
5.7.3.2. Atos de transmissão onerosa	189
5.7.3.3. Pagamento antecipado de dívida	189
5.7.3.4. Concessão fraudulenta de garantias.....	190
5.7.4. Ação pauliana ou revocatória	190
5.7.5. Fraude contra credores e fraude à execução.....	190
6. Da Inviabilidade do Negócio Jurídico.....	192
6.1. Nulidade	192
6.1.1. Conceito.....	192
6.1.2. Espécies de nulidade.....	192
6.1.3. Causas de nulidade	193
6.2. Anulabilidade	193
6.2.1. Conceito.....	193
6.2.2. Causas de anulabilidade	194
6.3. Diferenças entre nulidade e anulabilidade.....	194
7. Simulação.....	195
7.1. Conceito.....	195
7.2. Espécies de simulação	196
7.3. Simulação e institutos afins.....	197
8. Questões	197
CAPÍTULO V	
DA PRESCRIÇÃO E DA DECADÊNCIA	215
1. Introdução.....	215
2. Da Prescrição.....	217
2.1. Conceito e requisitos.....	217
2.2. Pretensões imprescritíveis.....	218
2.3. Prescrição e institutos afins	218
2.4. Disposições legais sobre a prescrição	219

2.5. Das causas que impedem ou suspendem a prescrição	221
2.6. Das causas que interrompem a prescrição	223
2.7. Dos prazos de prescrição	226
2.7.1. Súmulas do E. STJ.....	230
2.8. Prescrição intercorrente.....	232
2.8.1. Prescrição intercorrente no processo do trabalho.....	236
3. Da Decadência	238
3.1. Conceito e características.....	238
3.2. Disposições legais sobre a decadência	239
4. Questões.....	241
CAPÍTULO VI	
DA PROVA	251
1. Introdução.....	251
2. Meios de prova	251
2.1. Confissão.....	252
2.2. Documento.....	253
2.3. Testemunha	256
2.4. Presunção.....	258
2.5. Perícia	258
CAPÍTULO VII	
DIREITO DAS OBRIGAÇÕES	261
1. A Relação Jurídica Obrigacional.....	261
1.1. Conceito.....	261
1.2. Elementos constitutivos	261
1.2.1. Elemento subjetivo.....	261
1.2.2. Elemento objetivo	262
1.2.3. Vínculo jurídico.....	263
1.3. As fontes obrigacionais no direito brasileiro	264
2. Classificação das Obrigações	264
2.1. Introdução.....	264
2.2. Classificação quanto ao conteúdo do objeto obrigacional	264
2.2.1. Obrigação de dar.....	264
2.2.1.1. Obrigação de dar coisa certa	265
2.2.1.2. Obrigação de dar coisa incerta	268
2.2.2. Obrigação de fazer	269
2.2.3. Obrigação de não fazer.....	272

2.3.	Classificação quanto à presença de elementos obrigacionais.....	273
2.3.1.	Obrigações solidárias.....	273
2.3.1.1.	Regras gerais.....	273
2.3.1.2.	Da obrigação solidária ativa.....	274
2.3.1.3.	Da obrigação solidária passiva.....	276
2.4.	Classificação quanto à divisibilidade do objeto obrigacional.....	279
2.5.	Classificação quanto ao modo de execução.....	281
2.5.1.	Das obrigações alternativas.....	281
3.	Da Transmissão das Obrigações.....	283
3.1.	Introdução.....	283
3.2.	Espécies.....	283
3.3.	Da cessão de crédito.....	284
3.3.1.	Conceito, modalidades e outras particularidades.....	284
3.3.2.	Da notificação do devedor.....	286
3.3.3.	Da responsabilidade do cedente.....	288
3.4.	Da assunção de dívida.....	289
3.4.1.	Introdução, conceito e outras particularidades.....	289
3.4.2.	Espécies.....	291
3.4.3.	Efeitos.....	292
4.	Do Adimplemento Obrigacional.....	294
4.1.	Do pagamento direto.....	294
4.1.1.	Elementos subjetivos do pagamento direto.....	294
4.1.1.1.	Quem deve pagar (arts. 304 a 307 do CC/02).....	294
4.1.1.2.	A quem deve pagar (art. 308 a 312 do CC/02).....	296
4.1.2.	Elementos objetivos do pagamento direto.....	297
4.1.2.1.	Do objeto.....	297
4.1.2.2.	Da prova.....	299
4.1.3.	Do lugar do pagamento direto.....	300
4.1.4.	Do tempo do pagamento direto.....	301
4.2.	Dos pagamentos especiais.....	302
4.2.1.	Da consignação em pagamento.....	302
4.2.2.	Do pagamento com sub-rogação.....	303
4.2.3.	Da imputação do pagamento.....	306
4.2.4.	Da dação em pagamento.....	307
4.2.5.	Da novação.....	308
4.2.6.	Da compensação.....	309
4.2.7.	Da confusão.....	313
4.2.8.	Da remissão de dívidas.....	314
5.	Do Inadimplemento Contratual.....	315

5.1. Introdução.....	315
5.2. Do inadimplemento absoluto da obrigação.....	315
5.3. Da mora.....	317
5.4. Da purgação da mora.....	320
5.5. Dos juros remuneratórios e moratórios.....	320
6. Das arras ou sinal.....	323
6.1. Conceito e características.....	323
6.2. Espécies de arras.....	324
7. Questões.....	325
CAPÍTULO VIII	
TEORIA GERAL DOS CONTRATOS.....	343
1. Princípios Gerais do Direito Contratual.....	343
1.1. Autonomia da vontade.....	343
1.2. Força obrigatória dos contratos.....	344
1.3. Princípio da relatividade dos efeitos do contrato.....	345
1.4. Princípio da revisão dos contratos ou da onerosidade excessiva.....	345
1.5. Princípio do consensualismo.....	347
1.6. Princípio da boa-fé nos contratos.....	347
2. Conceito.....	348
3. Classificação dos Contratos.....	349
3.1. Contratos unilaterais, bilaterais e plurilaterais.....	349
3.2. Contratos gratuitos e contratos onerosos.....	350
3.3. Contratos comutativos e aleatórios.....	350
3.4. Contratos típicos e atípicos.....	351
3.5. Contratos consensuais e reais.....	351
3.6. Contratos solenes e não solenes.....	351
3.7. Contratos principais e acessórios.....	352
4. Dos vícios redibitórios.....	353
4.1. Conceito.....	353
4.2. Requisitos.....	355
4.3. Ações cabíveis e prazos.....	358
5. Da Evicção.....	360
5.1. Conceito.....	360
5.2. Requisitos.....	363
5.3. Direitos do evicto.....	365
6. Desfazimento da Relação Contratual.....	367

6.1. Extinção.....	367
6.2. Resilição dos contratos.....	368
6.2.1. Distrato e forma.....	368
6.2.2. Resilição unilateral.....	370
CAPÍTULO IX	
CONTRATOS EM ESPÉCIE.....	371
1. Da Compra e Venda.....	371
1.1. Conceito.....	371
1.2. Classificação.....	371
1.3. Elementos constitutivos.....	372
1.3.1. Coisa.....	372
1.3.2. Preço.....	372
1.3.3. Consentimento.....	373
1.4. Riscos da coisa vendida.....	373
1.5. Restrições à compra e venda.....	374
1.5.1. Da venda de ascendente a descendente.....	374
1.5.2. Da venda entre cônjuges.....	376
1.5.3. Da venda de bens sob administração.....	376
1.5.4. Da venda de bens em condomínio.....	377
1.5.5. Venda <i>ad corpus</i> e <i>ad mensuram</i>	377
1.6. Cláusulas especiais da compra e venda.....	378
1.6.1. Retrovenda.....	378
1.6.2. Venda a contento.....	379
1.6.3. Preempção ou preferência.....	380
1.6.4. Venda com reserva de domínio.....	381
2. Da Doação.....	382
2.1. Conceito e características.....	382
2.2. Aceitação.....	383
2.3. Objeto.....	384
2.4. Forma.....	385
2.5. Efeitos.....	385
2.6. Modalidades.....	385
2.7. Doação com cláusula de reversão por premissão do donatário.....	387
2.8. Revogação das doações.....	388
3. Do Empréstimo.....	390
3.1. Comodato.....	390
3.1.1. Conceito. Objeto. Forma.....	390
3.1.2. Prazo.....	390

3.1.3.	Direitos e obrigações do comodatário	391
3.2.	Mútuo	392
3.2.1.	Conceito. Objeto. Forma	392
3.2.2.	Empréstimo de dinheiro. Juros.....	393
3.2.3.	Prazo	394
4.	Da Prestação de Serviços	395
4.1.	Conceito e natureza.....	395
4.2.	Distinção de outros contratos.....	395
4.3.	Objeto.....	396
4.4.	Duração do contrato.....	397
4.5.	Extinção.....	397
5.	Da Empreitada.....	398
5.1.	Conceito.....	398
5.1.1.	Espécies.....	399
5.2.	Direitos e deveres.....	399
5.3.	Da Súmula nº. 194 do E. STJ.....	400
5.4.	Subempreitada.....	401
5.5.	Extinção do contrato.....	401
5.6.	Da responsabilidade do dono da obra pelas obrigações trabalhistas assumidas pelo empreiteiro.....	402
6.	Do Mandato.....	403
6.1.	Conceito e características.....	403
6.2.	Requisitos	406
6.2.1.	Subjetivos	406
6.2.2.	Objetivos	408
6.2.3.	Formais	408
6.3.	Espécies de mandato.....	410
6.4.	Ratificação do mandato.....	412
6.5.	Obrigações do mandatário	412
6.6.	Obrigações do mandante	419
6.7.	Extinção do mandato	420
6.8.	Mandato Judicial.....	423
7.	Seguro.....	424
7.1.	Conceito e características.....	424
7.2.	Mora no pagamento do seguro	425
7.3.	Boa-fé contratual	426
7.4.	Súmulas do E. STJ aplicáveis aos contratos de seguro.....	430
8.	Da Locação de Coisas.....	433

8.1. Conceito.....	433
8.2. Obrigações do locador.....	433
8.3. Obrigações do locatário.....	434
8.4. Prazo. Alienação da coisa locada na locação em geral.....	434
9. Questões.....	436

CAPÍTULO X

DA RESPONSABILIDADE CIVIL.....	445
1. Introdução.....	445
2. Responsabilidade Subjetiva e Objetiva.....	445
3. Responsabilidade Contratual E Extracontratual.....	448
4. Ato Ilícito.....	449
5. Culpa.....	452
5.1. Culpa em sentido amplo (<i>lato sensu</i>).....	452
5.2. Imprudência, negligência e imperícia.....	453
5.3. Espécies de culpa.....	454
5.3.1. Culpa grave, leve e levíssima.....	454
5.3.2. Culpa contratual e extracontratual.....	455
5.3.3. Culpa <i>in eligendo</i> , <i>in vigilando</i> e <i>in custodiendo</i>	455
5.3.4. Da culpa concorrente.....	456
6. Dano.....	457
6.1. Dano material.....	458
6.1.1. Dano emergente.....	459
6.1.2. Lucros cessantes.....	459
6.2. Dano moral.....	460
6.3. Dano estético.....	465
6.4. A perda de uma chance.....	466
7. Nexo Causal.....	469
8. Responsabilidade por fato de outrem.....	471
8.1. Da Responsabilidade dos pais pelos atos dos filhos menores (art. 932, I do CC).....	473
8.2. Da responsabilidade dos tutores e curadores (art. 932, II do CC).....	474
8.3. Da responsabilidade do empregador ou comitente (art. 932, III do CC).....	474
8.4. Da responsabilidade dos estabelecimentos de ensino, hotéis e similares (art. 932, IV do CC).....	476
8.5. Da participação gratuita no produto do crime.....	477
8.6. Indenização em caso de homicídio (art. 948 do CC).....	478
9. Excludentes Da Responsabilidade.....	482

9.1. Culpa exclusiva da vítima	482
9.2. Caso fortuito e força maior.....	483
9.3. Estado de necessidade.....	484
9.4. A legítima defesa, o exercício regular de um direito e o estrito cumprimento do dever legal	485
10. Os Efeitos da Sentença Criminal no Juízo Cível.....	487
10.1. Da unidade da jurisdição	487
10.2. Da sentença condenatória proferida no juízo criminal.....	487
10.3. Da sentença absolutória proferida no juízo criminal.....	490
10.4. Da suspensão da ação civil.....	492
11. Questões.....	493
CAPÍTULO XI	
DIREITO DAS COISAS	497
1. Introdução.....	497
1.1. Conceito.....	497
1.2. Direitos reais e direitos pessoais.....	498
1.2.1. Distinção.....	498
1.2.2. Princípios fundamentais dos direitos reais.....	500
1.3. Figuras híbridas.....	501
1.3.1. Obrigações <i>propter rem</i>	501
1.3.2. Ônus reais	502
2. Classificação dos Direitos Reais.....	503
3. Da Posse	503
3.1. Posse e propriedade. Juízo possessório e juízo petitório	503
3.2. Conceito de posse	505
3.3. Classificação da posse.....	507
3.3.1. Posse direta e indireta	507
3.3.2. Composses.....	508
3.3.3. Posse justa e injusta.....	509
3.3.4. Posse de boa-fé e posse de má-fé.....	510
3.3.5. Princípio da continuidade do caráter da posse	512
3.3.6. Posse nova e posse velha	514
3.4. Aquisição da posse.....	515
3.4.1. Modos de aquisição da posse.....	515
3.4.1.1. Modos originários de aquisição da posse	516
3.4.1.1.1. Apreensão da coisa.....	516
3.4.1.1.2. Exercício do direito	516

3.4.1.1.3. Disposição da coisa ou do direito	517
3.4.1.2. Modos derivados de aquisição da posse.....	517
3.4.1.2.1. Tradição	517
3.4.1.2.2. Sucessão na posse	518
3.5. Perda da posse.....	519
4. Da Propriedade	521
4.1. Conceito. Direitos e faculdades.....	521
4.2. Caracteres da propriedade	523
4.3. Restrições ao direito de propriedade	524
4.4. Modos de aquisição da propriedade imobiliária	525
4.4.1. Da usucapião.....	527
4.4.1.1. Conceito e fundamento.....	527
4.4.1.2. Pressupostos da usucapião.....	529
4.4.1.2.1. Coisa hábil.....	529
4.4.1.2.2. Posse	531
4.4.1.2.3. Decurso do tempo.....	533
4.4.1.2.4. Justo título	534
4.4.1.2.5. Boa-fé.....	535
4.4.1.3. Espécies de usucapião	537
4.4.1.3.1. Usucapião extraordinária (art. 1.238 do CC).....	538
4.4.1.3.2. Usucapião ordinária (art. 1.242 do CC).....	539
4.4.1.3.3. Usucapião especial.....	540
4.5. Aquisição da propriedade imóvel pela transcrição. Registro de imóveis.....	545
4.6. Perda da propriedade	548
5. Direitos Reais de Garantia sobre coisa Alheia.....	550
5.1. Do penhor	558
5.1.1. Do penhor convencional comum.....	558
5.2. Da hipoteca	563
5.3. Da anticrese	572
6. Questões.....	575
 CAPÍTULO XII	
NOÇÕES SOBRE DIREITO DO CONSUMIDOR	587
1. Introdução.....	587
2. Conceito.....	589
3. Princípios fundamentais do CDC.....	590
4. Direitos básicos do consumidor	591
4.1 Direito à vida, saúde e segurança (art. 6º, I).....	591

4.2.	Direito à educação para o consumo (art. 6º, II).....	591
4.3.	Direito à informação (art. 6º, III)	591
4.4.	Direito à proteção contra publicidade ilegal (art. 6º, IV).....	592
4.5.	Direito à proteção contratual (art. 6º, V).....	592
4.6.	Direito à Indenização (art. 6º, VI).....	592
4.7.	Direito de acesso à ordem jurídica justa (art. 6º, VII)	593
4.8.	Direito à ampla defesa do consumidor (art. 6º, VIII)	593
4.9.	Direito à melhoria dos serviços públicos (art. 6º, X).....	594
4.10.	Garantia de práticas de crédito responsável, de educação financeira e de prevenção e tratamento de situações de superendividamento, preservado o mínimo existencial (art. 6º, XI).....	594
4.11.	Direito ao mínimo existencial na repactuação de dívidas e na concessão de crédito (art. 6º, XII)	594
4.12.	Direito à informação acerca dos preços dos produtos por unidade de medida (art. 6º, XIII).....	594
5.	Da responsabilidade pelo fato do produto e do serviço (Art. 12 do CDC)	595
5.1.	Do Acidente de Consumo e da Responsabilidade Objetiva	595
5.2.	Da Responsabilidade do Comerciante	601
5.3.	Da Responsabilidade por Vício do Produto e do Serviço	602
5.4.	Da Decadência e Da Prescrição	607
5.5.	Da Publicidade.....	608
5.6.	Da Proteção Contratual.....	611
5.6.1.	Conhecimento Prévio do Contrato de Consumo (art. 46 CDC)	612
5.6.2.	Interpretação Mais Favorável ao Consumidor (art. 47 CDC).....	612
5.6.3.	Execução Específica em Caso de Escritos, Pré-Contratos e Contratos Preliminares (art. 48 CDC)	613
5.6.4.	Direito de Arrependimento (art. 49 CDC)	613
5.6.5.	Proteção Contra Cláusulas Abusivas.....	614
5.6.5.1	Cláusula de não Indenizar nos Contratos de Consumo (art. 51, I, primeira parte).....	615
5.6.5.2.	Cláusula de Renúncia ou Disposição de Direitos (art. 51, I, segunda parte).....	615
5.6.5.3.	Cláusula de Limitação de Indenização e o Consumidor Pessoa Jurídica (art. 51, I, terceira parte).....	616
5.6.5.4.	Reembolso da Quantia Paga pelo Consumidor (Art. 51, II)	616
5.6.5.5.	Transferência de Responsabilidade a Terceiros (Art. 51, III).....	616
5.6.5.6.	Obrigações Iníquas e Vantagem Exagerada (Art. 51, IV, primeira parte).....	617
5.6.5.7.	Cláusula Incompatível com a Boa-Fé (Art. 51, IV, segunda parte).....	618

5.6.5.8. Opção Exclusiva do Fornecedor em Não Concluir o Contrato (Art. 51, IX).....	618
5.6.5.9. Alteração Unilateral do Preço (Art. 51, X).....	618
5.6.5.10. Cancelamento Unilateral do Contrato (Art. 51, XI).....	619
5.6.5.11. Modificação Unilateral do Contrato (Art. 51, XIII).....	619
5.6.5.12. Condicionar ou limitar o acesso aos órgãos do Poder Judiciário (art. 51, XVII).....	619
5.6.5.13. Estabeleçam prazos de carência em caso de impontualidade das prestações mensais ou impeçam o restabelecimento integral dos direitos do consumidor e de seus meios de pagamento a partir da purgação da mora ou do acordo com os credores (art. 51, XVIII).....	619
5.6.6. Dos Contratos de Adesão (art. 54).....	620
5.6.7. Da cobrança de dívidas (art. 42 CDC).....	621
5.6.7.1. Introdução (art. 42 <i>caput</i>).....	621
5.6.7.2. Do Reembolso em Dobro (art. 42, parágrafo único).....	622
5.7. Súmulas do E. STJ relativas ao Código de Defesa do Consumidor.....	622
6. Questões.....	626
BIBLIOGRAFIA	629